

## Resenha do livro *O que é o poder local?*

**Fabiana Aucaer Soler\***

[aucarsoler@hotmail.com](mailto:aucarsoler@hotmail.com)

**Lucimar Marques\***

[lucmac41@gmail.com](mailto:lucmac41@gmail.com)

**Marta Donola\***

[martadonolavictorio@gmail.com](mailto:martadonolavictorio@gmail.com)

**Sonia Mariza Fiametti\***

[sonia.fiametti@gmail.com](mailto:sonia.fiametti@gmail.com)

\* Centro Universitário Augusto Motta

---

### Resumo

O presente trabalho busca levar ao entendimento de quão importante é o poder local a partir do estudo do livro *O que é Poder Local*, que tenta mostrar em diversas situações e hipóteses como o poder de uma localidade, seja ela, município, bairro, escola ou qualquer comunidade que necessite mudanças e/ou ajustes tenha a capacidade de decidir o que é melhor para si e para o entorno quando participa de movimentos sociais. O neoliberalismo e o poder central tentam a todo custo, incutir na cabeça da população de que eles resolverão todos os problemas sociais, econômicos e políticos da melhor forma possível para o bem da nação. Fazem uma verdadeira lavagem cerebral, levando a todos, ou pelo menos a maioria, a acreditar e a se acomodar com essas situações. Estamos vivendo no Brasil e em um mundo com uma pandemia de rastros destruidores e de proporções jamais vistas, mas em poucos países, como o nosso, há um governante e sua equipe que se utilizam de dados falsos, deboches, diminuem a importância do isolamento social, incentivam o povo a ir às ruas e à voltarem ao trabalho como sendo o melhor a fazer pela nação; e o pior: vemos milhões concordando. Um exemplo aviltante do que o neoliberalismo e o poder central são capazes de fazer quando o povo não se movimenta para mudar o status atual.

**Palavras chaves:** Neoliberalismo, movimentos sociais e poder local.

\*\*\*

### Abstract

The work here present seeks to lead to the understanding of how important local power is from the study of the book *O que é Poder Local*, which tries to show in different situations and hypotheses how the power of a locality, be it, municipality, neighborhood, school or any community that needs changes and / or adjustments, has the ability to decide what is best for itself and their surroundings when participating in social movements. Neoliberalism and central power, try at all costs, to instill in the

population's head that they will solve all social, economic and political problems in the best way possible for the good of the nation. They truly brainwash, leading everyone, or at least the majority, to believe and to settle with these situations. We are living in Brazil and in a world with a pandemic of destructive traces and of unprecedented proportions, but in a few countries, like ours, there is a government official and his team that use false data, mockery, they diminish the importance of social isolation, encourage people to go to the streets and return to work as the best thing to do for the nation; and the worst part of it: we can see millions agreeing. A demeaning example of what neoliberalism and central power are capable of doing when people do not try to change the current status.

**Key words:** Neoliberalism, social movements and local power.

---

## Introdução

“O que queremos sugerir, é que quando uma comunidade familiar decide organizar as suas condições de vida de forma humana, isto é possível.”

A apologia ao poder local sugere a recuperação do controle do cidadão exigente e participativo, onde os mecanismos de desenvolvimento possam aprimorar a democracia vigente. Sendo assim, a organização de núcleos menores, cujo desenvolvimento alternativo lida com público variado são relevantes para o crescimento econômico consolidando uma democracia alternativa focada na participação ativa do cidadão.

Um debate também gira em torno do desenvolvimento econômico e das necessidades dos cidadãos que são historicamente pacíficos e seguem alimentados pelas ideias neoliberalista e estatizante, onde o indivíduo acredita que outras pessoas irão resolver todos os assuntos relacionados a sua vida.

O poder local surge como uma questão fundamental dando ao cidadão o poder de protagonizar transformações descentralizando o poder, desburocratizando a participação do estado ou do município.

“O poder local não é suficiente para mudar o mundo, mas é a condição necessária.”

A democracia deve começar nos núcleos menores, porém ainda enfrenta um grande problema de desigualdade que tem origem política e não econômica, a essa problemática ainda soma-se com a destruição ambiental. No entanto, o problema não está na falta de recursos e sim no seu emprego, sendo assim, precisamos de planejamentos ativos de intervenção para enfrentar todos esses desequilíbrios e manter uma sociedade econômica equilibrada socialmente e sustentável.

“As ações as necessidades do dia a dia podem ser resolvidas localmente e não necessitam de intervenção do governo.”

O poder local está introduzindo uma nova forma de gestão, onde a democratização das informações a transparência política a descentralização das medidas decisórias

serão tomadas com a participação do cidadão tornando-se assim relevante, significativa e eficaz.

A incredibilidade dos mecanismos participativos do local ainda é um dos obstáculos a serem vencidos, para isso é necessário que haja incentivo de promoção de um desenvolvimento equilibrado e variado, pois a descentralização e democratização tomam espaço das forças políticas retrógradas que terão que se adaptar abrindo espaço para novas formas de desenvolvimento econômico e social.

A reconstrução e estruturação do aparelho produtivo consistem em um processo progressivo complexo e trabalhoso, onde as alterações na organização juntamente com o reforço da capacidade administrativa tendem efetivamente a executar as ações necessárias para o desenvolvimento humano.

Como sabemos, não existe um modelo a ser seguido por se tratar de diferentes realidades e necessidades. O que não resta dúvida é que a participação efetiva da comunidade se faz necessária pelo seu conhecimento real do cotidiano, esta pode ser através de meios científicos e educacionais.

“Propostas ordenadas e submetidas à comunidade significam a possibilidade dos indivíduos se pronunciarem antes das decisões serem tomadas”

“A transformação no nível de consciência sempre leva tempo.”

## **Desenvolvimento**

O Poder local pode ser sentido, quando uma organização social se funda a partir da descentralização e desburocratização, a fim de permitir de modo mais ágil o acesso aos recursos e serviços básicos. O autor nos traz um exemplo adequado como o de quem visita um conjunto habitacional em Grenoble, na França, descobre o funcionamento de um espaço organizado, otimizado às suas condições de vida, e não por uma empreiteira para maximizar os lucros sobre o local. Nesse conjunto, um conceito exótico de bairro surge, pois, os prédios do conjunto são interligados em diversos andares, permitindo assim a comunicação interna de modo mais fácil. A escola, no térreo, permite que uma criança vá comer um sanduíche em casa entre uma aula e outra. E as outras atividades necessárias e diárias, dispersas no espaço do conjunto, como: o mercadinho, a farmácia, a lavanderia e outros, que permite trabalhar sem ser submetido aos ofícios diários, do horário da escola ou da compra esquecida. Além disso, com o espaço externo comum, há ampla possibilidade de esportes, de bancos de jardim, de convívio social efetivo.

Segundo o autor, somos condicionados a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente ao "Estado", ou aos interesses imobiliários. Assim, convencidos de que a única opção que temos é nos inserirmos da forma mais vantajosa possível no mundo tal como existe definido por outros. E por outro lado, também aceitamos que a modernização seja à custa do indivíduo, além de incompatível a presença harmônica da natureza com o desenvolvimento. Diante desse

quadro, o autor sugere que a raiz do problema é a recuperação do controle do cidadão, do seu local de convívio, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das coisas concretas que levam a que a nossa vida seja agradável ou não. Diferentemente do exemplo francês, o autor nos traz a realidade de São Paulo, que conseguiu paralisar-se, de certa forma, por excesso de meios de transporte tendendo, cada vez mais, a se reforçar, pois quanto pior a circulação, mais o transporte individual aparece como indispensável, e mais carros entram nas ruas. Há duas visões do autor para esse fenômeno, a primeira é o liberalismo, onde devemos evitar nos intrometer na construção do mundo que nos cerca e segunda, é a da visão "estatizante", que nos assegura que o planejamento central porá ordem em nossas vidas, simplificação que já foi desmentida pelos fatos.

Os absurdos que encontramos em favelas, latifúndios e nas cidades congestionadas, surge uma tendência das pessoas se organizarem para tomar, não mais o destino da nação, mas pelo menos o destino do espaço que as cerca, tendência esta que se desenvolve também nos países do Leste. A obra traz ideias sobre como criar uma unidade local capaz de se transformar economicamente e socialmente, sendo esse o "poder local" do autor. O poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas "tecnologias urbanas". Em países em desenvolvimento, a questão de importância é o reforço do poder local, que ainda não assegura equilíbrios democráticos frente ao poder nas elites. Por trás desse problema está outro, a sobrevivência econômica. Os países desenvolvidos aumentam sua população, 10 vezes mais lentamente que os países em desenvolvimento, o problema neste início de século, é o problema da desigualdade que se acentua nos países com mais população em desenvolvimento, um exemplo disso, a metade da população desses países não tem acesso ao saneamento básico. Além disso, o problema que o país enfrenta, soma-se a tragédia ambiental. Hoje não há mais dúvida quanto à dimensão dos desafios: o aquecimento global, a destruição das florestas, a erosão do solo, o esgotamento da vida nos mares pela sobre pesca, a redução da biodiversidade, a transformação da água no hoje chamado "ouro azul" por simples uso irresponsável, a poluição generalizada. São os dois dilemas que enfrentamos: da desigualdade e da destruição ambiental.

A proposta do autor é simples: quando as decisões são tomadas e vivenciadas longe do cidadão, essas normalmente correspondem muito pouco às suas necessidades. Evidencia então que a centralização do poder político e econômico leva a uma separação entre as nossas necessidades e o desenvolvimento econômico e social. Surge então o paradigma de uma "vitória" liberal, dito de forma simples, o drama social e econômico que se avoluma nos países em desenvolvimento, e hoje nos próprios países ricos, torna-se evidente que o modelo liberal enfrentando problemas e com poucas soluções. Por outro lado, esquecemos frequentemente a que ponto os próprios países capitalistas estão hoje distantes da proposta liberal, quanto mais pobre o país, mais fraca é a base financeira pública. Um exemplo prático pode ilustrar o poder local: em Santos, havia o problema da limpeza da rua depois da feira. Cansado das reclamações e da inoperância das empresas, o Secretário municipal inovou: informou às empresas que só pagaria a limpeza mediante apresentação de carta assinada por três residentes da rua da feira, de que estão satisfeitos com o serviço.

Assim, em vez de contratar mais fiscais, o Secretário deu força operacional a quem está mais interessado na rua lima, que é o residente. O interesse que as pessoas têm no funcionamento adequado da própria cidade pode assim constituir um poderoso instrumento de ordenamento do local onde moram. Estes processos participativos que constroem gradualmente uma âncora de bom senso no conjunto dos processos políticos, a partir da base da sociedade, estão no centro do poder local.

O processo de urbanização em nível mundial é extremamente forte. As situações são profundamente desiguais, a maioria da população, mesmo quando trabalha na agricultura, vive em áreas urbanas, em vilas e cidades. A realidade simples que hoje se descobre, é que a maioria das ações que concernem as nossas necessidades do dia a dia, como a criação e gestão das escolas, a organização das redes comerciais e financeiras, a criação das infraestruturas locais, a preservação do meio ambiente, a política cultural e tantas outras, podem ser resolvidas localmente, e não necessitam de intervenção de instâncias centrais de governo, que tendem a burocratizar o processo. Com poucas exceções, os municípios mais distantes têm hoje acesso à internet, estão conectados, e fazem, portanto, parte da gestão integrada de administradores, engenheiros, economistas, assistentes sociais encontram-se em praticamente todas as regiões. De certa forma, estamos manejando uma máquina administrativa centralizada, típica do século passado, para um conjunto de desafios que exigem soluções de gestão participativa e descentralizada.

Exemplo disso, Piraí, uma cidade pequena do Estado do Rio de Janeiro. O prefeito da cidade, mobilizando um pesquisador do desenvolvimento local, Franklin Martins, para gerar um processo de inclusão digital na cidade, tornou as pequenas empresas locais mais produtivas. Uma pessoa que tem um problema para resolver comunica via internet, em vez de tirar o carro da garagem: são os bits que viajam não as pessoas. A descentralização que o poder local permite tem igualmente uma dimensão administrativa extremamente concreta, a dimensão da simples racionalidade no uso dos recursos disponíveis, e na economia dos nossos esforços. A necessidade de descentralizar e de democratizar a sociedade resulta dos problemas que temos de enfrentar. O nosso problema, é o da polarização entre ricos e pobres, que torna o país ingovernável, e o drama ambiental nas cidades e no campo. No campo, permanecem os fatores de empobrecimento da população. O Brasil tem cerca de 370 milhões de hectares de boa terra agrícola, e lavra cerca de 70 milhões somando a agricultura temporária e a permanente. Com isso, mantendo a esmagadora maioria das terras agrícolas como reserva de valor, totalmente improdutivas ou com uso simbólico através da chamada pecuária extensiva. O relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano, dando um exemplo das aberrações da concentração de renda na América Latina lembra que no Brasil "os 2% de maiores proprietários de terras controlam 60% da terra arável, enquanto 70% de famílias rurais estão sem terra ou quase sem terra". Esta urbanização violenta e caótica, associada a uma grande miséria que resulta da concentração de renda, coloca a administração municipal na linha de frente da nova geração de problemas económicos e sociais que se avolumam nos países em desenvolvimento.

A realidade é que estamos, nos países em desenvolvimento, dando os primeiros passos nesta área essencial do desenvolvimento local. Na Venezuela, por exemplo, é

em 1989 que pela primeira vez passaram a ser eleitos os prefeitos municipais. A parte do orçamento destinada aos poderes locais atinge 19,4% na Venezuela, 12,3% na república Dominicana, 9,8% na Costa Rica, 6,4% no Paraguai, 5,8% no Peru, 4,2% no Panamá. No Brasil, é com a constituição de 1988 que começamos timidamente a dar alguns passos, mas continuamos com níveis de financiamento aos municípios característicos de país pobre, inferiores aos 15%. Já nos países desenvolvidos a proporção muda radicalmente, atingindo 66% dos gastos públicos no Japão, 55% na Suécia, 42% nos Estados Unidos. De forma geral, a ordem de grandeza é que os municípios dos países em desenvolvimento controlam algo em torno de 10% do orçamento, e cerca de metade do orçamento nos países desenvolvidos. Enquanto nos países desenvolvidos crescentemente o cidadão resolve os assuntos no próprio município, nos países pobres os responsáveis do município adotam o sistema de peregrinarem, viajando até a capital para cada autorização de financiamento, com todas as deformações no uso dos recursos que isto significa.

Mais recentemente, com a iniciativas do governo na linha do programa Territórios da Cidadania, que deverá atingir cerca de 2 mil municípios, dinamizando Comitês Gestores locais e regionais, o processo deve atingir escala qualitativamente superior. A pesquisa do Instituto Cidadania, Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local sistematiza as demandas e necessidades de apoio das próprias comunidades. Desta forma, a ação local, apoiada por outras instâncias, está despontando como um complemento essencial das políticas de reequilibre que o país precisa dinamizar. Sobretudo, o espaço local permite uma democratização das decisões, na medida em que o cidadão pode intervir com muito mais clareza e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança, e dos quais tem conhecimento direto.

O espaço local está em plena transformação. Surge com a informática e a internet uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal. Pela primeira vez torna-se relativamente barato ter e manter sistemas de informação atualizados. As fotos de satélite nos permitem assegurar um seguimento mais sofisticado, por exemplo, na área ambiental. O custo de terminais de computador, que tem caído vertiginosamente, permite sistemas de informação ao cidadão nos próprios bairros e uma nova transparência administrativa, com tudo o que isto pode representar em termos de democratização.

Precisamos de políticas nacionais que levem em conta as necessidades locais. As Nações Unidas têm o peso de boa vontade, o Gatt foi absorvido pela OMC, e o FMI transformou-se em simples instrumento de pressão sobre os países pobres. Assim, o controle de fato dos processos de comercialização mundial fica nas mãos das empresas transnacionais, que tiram proveito das diferenças económicas, jurídicas e políticas entre países, e hoje controlam os mecanismos concretos de ordenamento dos fluxos internacionais, através das suas redes mundiais de serviços financeiros, comerciais e de comunicação. A participação comunitária constitui hoje claramente o mecanismo mais racional de regulação das principais atividades da área social, da urbanização, da pequena e média produção, além de constituir um "lastro" indispensável para o equilíbrio do conjunto das atividades no nível macroeconômico. A subutilização da mão-de-obra constitui seguramente um dos principais problemas que enfrentamos, e a sua raiz se encontra em situações concretas a nível local. Além disso,

eliminar o analfabetismo, universalizar o ensino formal, melhorar a formação dos professores, adequar o ensino profissional à dinâmica econômica local, envolver as empresas e os meios de comunicação de massa na elevação do nível de formação da mão-de-obra, tudo isso exige visão de conjunto e um ordenamento de ações de longo, médio e curto prazo, que não pode evidentemente ser deixado para a "mão invisível", já que o mercado e a "livre iniciativa" são, reconhecidamente, inoperantes nos investimentos sociais de longo prazo.

Um bom exemplo de dinamização e bom uso do setor informal é a experiência de Villa El Salvador, no Peru, onde um município-dormitório se apropriou de uma zona vazia destinada a uma área industrial - e para onde a indústria não foi - e desenvolveu atividades produtivas em pequena escala. A experiência hoje constitui um exemplo de auto resolução de problemas. A iniciativa foi estritamente local, ninguém esperou verbas do governo central, e se baseou nas organizações comunitárias. A forte estrutura dos movimentos locais participativos, em particular dos diversos tipos de organizações da sociedade civil, ao lado de outras estruturas tradicionais como os sindicatos, é indispensável para que interesses mais amplos constituam um "contrapeso" democrático às estruturas esclerosadas das elites tradicionais e das corporações. A participação da comunidade implica uma transformação da cultura administrativa, e um processo sistemático e trabalhoso. Em outros termos, a capacidade de descentralização se desenvolve progressivamente, e as exigências devem corresponder à capacidade real de execução. A inutilidade dos planos complexos elaborados por empresas de consultoria, que as administrações utilizam para buscar recursos, mas não para ordenar as suas atividades, é neste sentido característica.

O poder local, como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado, implica, portanto, alterações no sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa, e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa. Trata-se, portanto, de um esforço do município sobre si mesmo. Outro nível de participação é o dos corpos organizados no município: os sindicatos, as representações profissionais, as associações. De uma forma ou de outra, trata-se de grupos de pressão que já têm tradição participativa ou reivindicatória. Trata-se de ordenar gradualmente esta participação, criando canais regulares de expressão e consulta sobre problemas relevantes do município. Assim, com os instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas, e é sem dúvida o grande recurso a ser subutilizado no país.

## **Conclusão**

A energia que emana de uma localidade, de um bairro, comunidade ou município, enfim, de qualquer grupo social, tem um poder muito grande, porém, muitas vezes esses mesmos grupos não percebem sua força e ficam a mercê do Estado, acreditando que o mesmo rege tudo e que tudo acontecerá e se resolverá, devido ao processo de endoculturação a que estamos imersos e condicionados.

O que de fato acontece, é que somos convencidos de que a única opção é nos inserirmos nesse mundo tal qual ele é que por sinal, nem foi criado por nós. O que precisamos é nos engajar e discutir opções válidas que a comunidade possa realizar para que o entorno se ajuste a seus padrões de necessidade.

Sua moradia, sua escola, por exemplo, não pode simplesmente coexistir num espaço em que não se tenha em vista o meio ambiente e as formas de não degradá-lo, seja pela falta de saneamento básico, ou se será necessário desmatar para construir; uma moradia que não tenha nas proximidades comércio e transporte a contento.

As políticas sociais só existirão se houverem movimentos sociais; enquanto estivermos insatisfeitos e nada fizermos, nada também farão por nós. Temos que nos movimentar pra criar possibilidades para nossa localidade e seu entorno. Devemos exigir dos poderes constituídos, ações efetivas de melhoria do ambiente.

Nossa passividade é alimentada pela mão invisível do neoliberalismo e o planejamento central que diz que tudo se resolverá e tudo acabará bem. Bem para quem?

Estamos vivendo uma pandemia onde o governante deveria estar mais preocupado com vidas, com as comunidades mais carentes, com os desempregados, mas está mais preocupado com a economia. E coloca na cabeça de alguns milhões, que não saem da inércia, de que tudo isso é um exagero, ficção.

Quando resolvermos lutar e sair dessa passividade, faremos acontecer à mudança política, social e econômica.

## **Referência**

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Imperatriz, MA: Ética, 2016.